

Em vez da reforma administrativa, governo improvisa com aumentos e contratações em ano eleitoral

EDITORIAL de O GLOBO do dia 11/3/2026

Diante de um cenário econômico repleto de incertezas, foi temerária a decisão do Senado de cancelar a criação de 17,8 mil cargos no Executivo federal. O pacote, aprovado de forma simbólica na terça-feira depois de passar pela Câmara, também reestrutura carreiras do funcionalismo e concede reajuste a diversas categorias. O impacto no Orçamento de 2026 é estimado em R\$ 5,3 bilhões. Mas é evidente que a busca por paridades, reparações e isonomias se encarregará de aumentar essa conta, estendendo bondades pelas três esferas de governo, ainda mais em ano eleitoral.

Defensores das medidas alegam que o custo não será imediato, pois parte das despesas depende de concursos públicos e novas unidades de ensino — estão previstos 16.363 cargos só para o Ministério da Educação, além de 1.500 para a pasta de Gestão. Mas isso não torna a iniciativa menos temerária. Cedo ou tarde, a conta chegará. De pouco adianta também governistas se vangloriarem de ter barrado emendas que implicariam aumento de despesas sem estimativas de impacto no Orçamento.

Impacto significativo resultará do aumento salarial para quem já está na folha de pagamento, objeto de acordos firmados com o governo federal, caso de carreiras da Receita Federal e da Auditoria Fiscal do Trabalho. Estão previstos também reajustes para médicos, veterinários e criação de carreiras.

A contaminação do pacote pelo calendário político-eleitoral fica evidente na criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, a partir do desmembramento do Instituto Federal da Paraíba. A reitoria deverá ser instalada em Patos, reduto do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O município é governado pelo pai de Motta, Nabor Wanderley (Republicanos), pré-candidato ao Senado.

O governo costuma argumentar que há déficit de funcionários na administração pública, decorrente sobretudo de aposentadorias após a reforma da Previdência em 2019. É possível que algumas áreas necessitem de reposições, mas o inchaço na máquina administrativa não justifica tantas contratações. Governos petistas são conhecidos pela deferência com que tratam as demandas mais descabidas do funcionalismo, e não é diferente agora. Ao longo de seu terceiro mandato, Lula terá contratado 22.817 servidores, mais que o dobro dos 10 mil da gestão Jair Bolsonaro, como mostrou reportagem do GLOBO. Ainda que haja lacunas, só se percebeu isso num ano eleitoral, a poucos meses do fim do mandato?

É um equívoco o Congresso e o governo cederem ao lobby do funcionalismo pelo pacote de reajustes e contratações, enquanto mantêm parada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa, relatada pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ). Não faz sentido tomar decisões desse tipo antes de estabelecer regras novas e sensatas para o serviço público. Entre outras medidas positivas, a PEC põe ordem na barafunda de carreiras do funcionalismo, propõe o fim de regalias (como férias de 60 dias), disciplina os famigerados

“penduricalhos”, estabelece metas de desempenho para servidores e fixa uma tabela única de remuneração para todos os entes da Federação. A reforma pretende modernizar o arcabouço do serviço público e torná-lo mais eficiente, tanto para a administração quanto para a sociedade. Infelizmente, Executivo e Legislativo preferem agravar o problema a resolvê-lo.